

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.572 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2002



Fotos: Roosevelt Pinheiro

## Tebet quer diminuir o custo da cesta básica

Presidente do Senado informa que, depois das eleições, vai lutar pela aprovação de projeto de sua autoria que reduz a zero a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre as mercadorias constantes da cesta básica de alimentos. Ramez Tebet considera “inadmissível que os mais pobres sejam tributados no seu direito mais básico, que é a alimentação”.

Ramez Tebet: redução do preço dos alimentos de consumo popular deve ter prioridade

PÁGINA 3

## Wilson defende estímulo ao pequeno agricultor



Carlos Wilson destaca efeitos de sua proposta para auxiliar na realização da reforma agrária

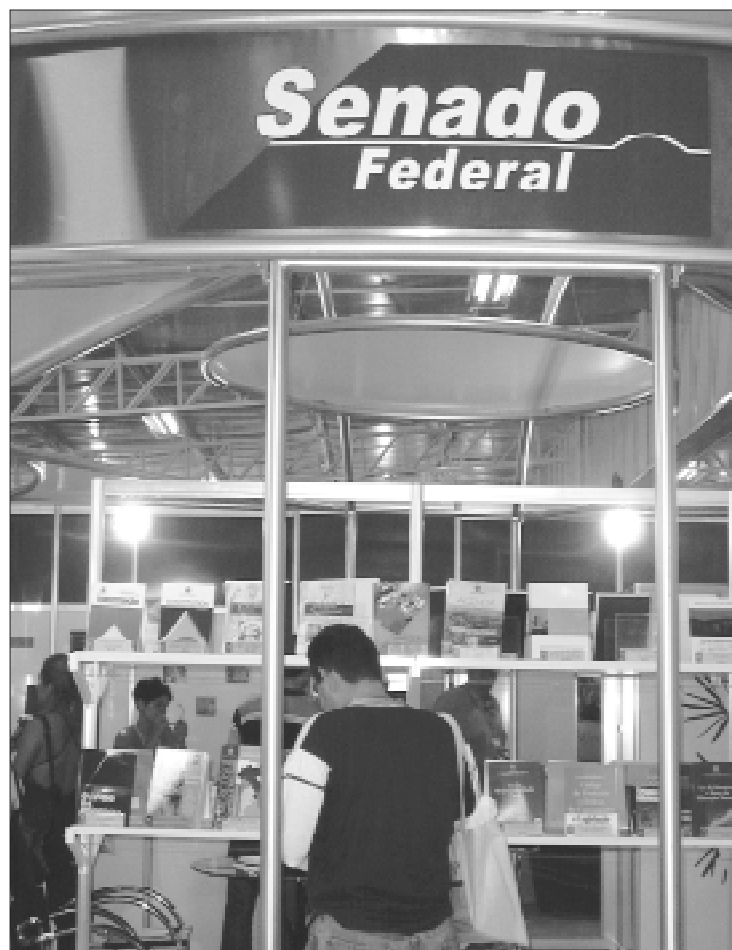
Projeto de lei do senador Carlos Wilson dá preferência à produção das pequenas propriedades familiares nas compras de alimentos destinados aos programas governamentais de combate à fome. A proposta, que conta com parecer favorável do relator, senador João Alberto Souza, deve ser examinada na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo.

PÁGINA 3

## Maria do Carmo propõe seguro ambiental

A senadora Maria do Carmo está propondo a instituição de seguro de responsabilidade civil nas atividades lesivas ao meio ambiente. A proposta de emenda constitucional encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Para a senadora, parece evidente o risco de determinadas atividades econômicas à natureza.

PÁGINA 4



Visitantes demonstram interesse por legislação atualizada na Feira Pan-Amazônica do Livro, que se realiza em Belém

## Público procura obras sobre leis no estande do Senado

PÁGINA 4

### Aos leitores

Em decorrência das eleições, o JORNAL DO SENADO deixa de circular nos próximos dias, retornando no dia 7, segunda-feira.

## Propostas contra violência são enviadas a autoridades

O relatório final da Comissão Mista de Segurança Pública, com propostas destinadas a combater a violência no país, foi encaminhado ontem ao presidente da República e aos 27 governadores estaduais. Recebem o documento, também, os presidentes da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, e do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, além de outras autoridades.

PÁGINA 3



Maria do Carmo quer garantir a reparação de danos ao meio ambiente

# Conselho debate TV digital com especialistas

Objetivo da audiência pública que será realizada por uma comissão do colegiado é obter informações para subsidiar resposta a consulta formulada pela Mesa do Senado sobre a futura adoção dessa tecnologia no Brasil

O uso do sistema digital na televisão brasileira será debatido hoje, a partir das 14h, na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho, pelos membros da Comissão de Tecnologia Digital do Conselho de Comunicação Social, órgão de assessoramento do Legislativo. Essa é a primeira de uma série de reuniões que a comissão pretende promover no sentido de subsidiar resposta a consulta formulada pela Mesa do Senado solicitando posição do colegiado sobre o emprego da tecnologia digital na área de comunicação no país.

Para a reunião de hoje foram convidadas representantes

de universidades brasileiras que desenvolvem projetos de pesquisas específicas sobre o tema. Para o dia 10 de outubro, está prevista reunião com a presença de representantes dos Ministérios das Comunicações e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, além de outros ligados ao assunto. Há intenção de se realizarem

encontros com representantes dos detentores dos modelos disponíveis no mercado para televisão digital – norte-americano, europeu, japonês e chinês – e com integrantes de universidades que queiram apresentar subsídios.

Na próxima reunião do Conselho de Comunicação, marcada para o dia 14 de outubro, os integrantes da comissão devem apresentar uma minuta com a posição preliminar sobre a questão. O conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo, ressaltou a preocupação que os integrantes da Comissão de Tecnologia Digital estão tendo com a elaboração do documento de resposta à consulta da Mesa do Senado, tendo em vista a importância do assunto e o alto custo de implantação do sistema.

## INVESTIMENTO ELEVADO

Santos destacou a elevada cifra que representará a transição do atual modelo analógico para o di-

gital na televisão brasileira – algo em torno de US\$ 100 bilhões, em análise preliminar.

Deverão comparecer à audiência pública de hoje os especialistas Marcelo Knörich Zuffo, engenheiro eletricista, professor da Universidade de São Paulo; Max Henrique Machado Costa, engenheiro elétrico e professor da Universidade de Campinas; Hélio Graciosa, presidente do Centro de Pesquisa de Desenvolvimento em Telecomunicações; Guido Lemos de Souza Filho, coordenador da Comissão Especial de Sistemas Multimídia e Hiperâmia da Sociedade Brasileira de Computação e diretor-executivo do Laboratório Nacional de Redes de Computadores; e Israel Fernando de Carvalho Bayma, engenheiro eletricista e diretor do Comitê de Incentivo à Produção do Software GNU e Alternativo.

O coordenador da Comissão de Tecnologia Digital é Daniel Koslovski Herz, representante da categoria dos jornalistas no Conselho de Comunicação Social. Também integram a comissão os engenheiros Fernando Bittencourt e Miguel Cipolla Jr.

*Deverão comparecer à audiência pública representantes de universidades que desenvolvem projetos sobre a nova tecnologia*

## Santos destaca papel do colegiado na educação de crianças e jovens

O presidente da Comissão de Educação do Senado, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), disse que o papel do Conselho de Comunicação Social é muito importante para que os meios de comunicação do país cumpram a sua função social, visando à educação de crianças e adolescentes em suas diversas fases e valorizando a cultura regional e local. As emissoras precisam ter, segundo ele, uma programação que contribua para diminuir a violência, voltada para a construção de uma sociedade mais harmoniosa.

A instalação do Conselho de Comunicação Social, no dia 25 de junho, pelo presidente do Senado, senador Ramez Tebet, marcou nova etapa no relacionamento da sociedade com os meios de comunicação, conforme avaliação de senadores. Previsto na Constituição de 1988, o conselho tem, entre seus objetivos, assessorar o Legislativo para verificar se as emissoras de rádio e televisão estão respeitando, na sua programação, os valores éticos e sociais da pessoa e da família, as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, a promoção da cultura nacional e a regionalização dos produtos culturais, artísticos e jornalísticos.

Mas houve muita polêmica para se chegar à instalação do conselho, como lembra o senador Artur da Távola (PSDB-RJ). A exigência de composição do

colegiado com representantes de vários setores de comunicação, estabelecida legalmente em 1991, acabou gerando grande desentendimento e atrasando a sua implantação. “Foi uma briga de caráter corporativo, com padrões de um lado e empregados de outro”, define Artur da Távola.

Diante desse impasse, e sem o conselho estar funcionando, os parlamentares se limitaram, durante anos, a examinar apenas o

cumprimento dos aspectos legais, relativos aos processos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para o funcionamento de canais de rádio e televisão. O compromisso em analisar o conteúdo da programação acabou prejudicado.

A pressão dos partidos de oposição para que o colegiado fosse instalado encontrou o espaço que precisava na votação, este ano, da participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação do país. A oposição conseguiu um acordo com a Presidência do Senado vinculando, para instalação do conselho, o seu apoio à proposta de emenda constitucional que permite a participação de 30% de capital estrangeiro nas empresas do setor.

No dia 5 de junho, em sessão conjunta do Congresso Nacional, foram eleitos os 13 nomes indicados para compor o Conselho de Comunicação Social.



Ricardo Santos diz que conselho deve fazer com que veículos cumpram função social

## Qualidade da imagem é bem melhor

A política para adoção da tecnologia digital na televisão brasileira foi divulgada pela Presidência da República no *Diário Oficial* do último dia 12. Na exposição de motivos, o ministro das Comunicações, Juarez Quadros do Nascimento, argumenta que, à exceção da radiodifusão, os outros meios de comunicação eletrônica de massa já dispõem de tecnologia e infra-estrutura para transmissão digital de conteúdos, permitindo serviços diferenciados aos consumidores. Ele afirma que

o sistema a ser adotado deverá oferecer capacidade de recepção do sinal com antenas interna e externa e aplicações diferenciadas aos telespectadores da televisão aberta no país, que alcança mais de 90% dos domicílios brasileiros.

Ressalta ainda que a televisão digital vai proporcionar qualidade de imagem e som consideravelmente superior, bem como maior quantidade e diversidade de programação, além de uma gama de serviços de informação e capacidade interativa.

A implementação dessa política depende da definição do padrão a ser adotado no país. Esse é um dos tópicos que mais polêmica tem gerado na discussão do assunto. A Organização Internacional de Telecomunicações, segundo informou ao Senado o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, em junho deste ano, recomenda três modelos: o norte-americano, o europeu e o japonês.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mazarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



## Osmar Dias propõe crédito mais fácil à microempresa

A criação de condições diferenciadas para facilitar o acesso ao crédito pelas pequenas e microempresas, reservando-se metade dos recursos dos bancos públicos federais para essa finalidade, é o objetivo de projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na forma de substitutivo que incorporou emenda de redação apresentada pelo relator *ad hoc*, senador José Agripino (PFL-RN). Na CAE, a decisão terá caráter terminativo. O



Osmar Dias resalta a importância do setor nas taxas de emprego

parecer do relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), é favorável à proposta.

Em defesa do projeto, Osmar Dias destacou a importância do fortalecimento e estímulo às pequenas e microempresas para retomada do desenvolvimento econômico, pelo efeito multiplicador que elas têm sobre as taxas de emprego e renda, com reflexos sobre toda a economia.

O senador informou que o projeto foi inspirado no êxito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ressaltou ainda que o Conselho Monetário Nacional (CMN) deverá ser o responsável pela implementação das novas medidas.

## Requião alerta para risco de crise econômica se agravar

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que concorda com as declarações do presidente da Argentina, Eduardo Duhalde, de que o "Brasil deve abrir os olhos para não sofrer uma crise econômica semelhante à de seu país". Para o senador, o alerta tem validade porque a situação brasileira "é tão ruim quanto à dos argentinos". O futuro do Brasil, acrescentou, "está nas mãos" do próximo presidente da República.

Duhalde declarou, em entrevista a jornalistas brasileiros em Buenos Aires, que a Argentina está "apenas um degrau abaixo do Brasil". Ele lembrou que o país vizinho amenizou sua crise a partir de acordos com organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas



Para Requião, Brasil pode ter crise semelhante à da Argentina

ressaltou que "a blindagem financeira de que o Brasil desfruta hoje foi concedida à Argentina há dois anos e os argentinos não souberam aproveitar".

Segundo Requião, "a Argentina está afundada" devido à pressão das forças internacionais que a levaram a uma política neoliberal, que, em sua opinião, é a mesma praticada pelo governo brasileiro.

— A Argentina quebrou antes do Brasil, mas a nossa situação hoje é tão ruim quanto a da Argentina e nós temos que aprender com esse processo. Eu acredito que, com a mudança de governo e com o voto inteligente neste 6 de outubro, nós teremos novas perspectivas e o fim da submissão ao neoliberalismo e dessa dependência toda que nos transforma em país submisso — afirmou.

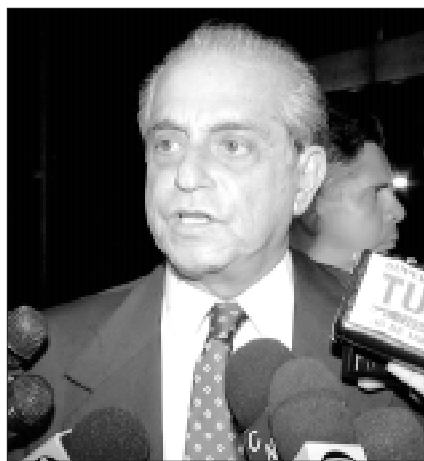
## Tebet quer produtos da cesta básica isentos do ICMS

Presidente do Senado é autor do projeto, em tramitação na CAE, que reduz a zero a alíquota do imposto sobre vários produtos alimentares

O presidente do Senado, Ramez Tebet, informou que, após as eleições, irá empenhar-se em favor da aprovação de projeto de sua autoria que reduz a zero a alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre produtos que compõem a cesta básica, conforme convênio a ser firmado no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O projeto, que altera a Resolução nº 22 do Senado, está pronto para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com parecer favorável do relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

Na justificativa da proposta, Tebet afirma que um dos elementos determinantes no custo da alimentação é a incidência de imposto indireto, mais particularmente o ICMS, que é transferido em sua totalidade para o consumidor fi-



Tebet disse que vai se empenhar para a aprovação da proposta logo após as eleições

nal. "É inadmissível, em um país como o nosso, que os mais pobres sejam tributados no seu direito mais básico, qual seja, a alimentação", observa.

### RENDA

Para o senador, não se pode admitir, "sob nenhuma justificativa", que o custo de sobrevivência seja

encarecido a fim de gerar recursos para o Estado. Ele acredita que tal política somente serve para concentrar ainda mais a renda, além de piorar o nível de vida da população mais pobre.

Ramez Tebet lembra que as estatísticas sociais revelam que cerca de 32 milhões de pessoas no Brasil apresentam deficiências de consumo calórico e protéico. E afirma que, dentro desse contexto, o barateamento dos produtos alimentícios de consumo popular, como os que compõem a cesta básica, deve ser uma das prioridades de qualquer tipo de política social que vise à melhoria da qualidade de vida dos mais pobres.

Para o senador, "sem condições de se alimentar dignamente, a cidadania esvai-se em simples figura de retórica".

## Produção agrícola familiar pode ter incentivo

Deve ser analisado na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador Carlos Wilson (PTB-PE), com parecer favorável do relator, João Alberto Souza (PMDB-MA), que dá preferência à produção das pequenas propriedades familiares nas compras de alimentos destinados aos programas governamentais de combate à fome. A decisão da CAE será terminativa.

— Pretendemos dar segurança aos pequenos proprietários, garantindo a efetiva comercialização de seus produtos. Assim, atacamos o problema da fome por duas vias: a distribuição de alimentos e o efetivo incentivo aos produtores rurais de pequeno porte, o que estimula a fixação do homem à terra — afirmou Carlos Wilson.



Carlos Wilson propõe que programas de combate à fome comprem produção do pequeno agricultor

O senador ressaltou ainda os efeitos da medida no auxílio para a realização da reforma agrária no país e para a erradicação da pobreza.

— O desenvolvimento do campo é uma das principais necessidades do Brasil. Quanto a isso,

concordam todas as correntes políticas. Da mesma forma, todos concordam que não basta distribuir a terra, mas é necessário garantir meios para que os agricultores desenvolvam as atividades produtivas — disse.

Em seu parecer, o senador João Alberto salientou que, ao conceder preferência às unidades familiares, a proposição "ameniza as injustas condições do mercado", no qual defrontam-se "pequenos produtores e grandes latifúndios". O relator também considerou positivo que a redação original tenha deixado a regulamentação da matéria para o Poder Executivo, "que terá liberdade de definir, de forma ágil e eficiente, os critérios pelos quais a preferência deverá ser implementada".

## Presidente do Senado envia relatório da Comissão de Segurança a autoridades

O presidente do Senado, Ramez Tebet, e o 1º secretário da Mesa, senador Carlos Wilson, encaminharam ontem cópias do relatório final da Comissão Mista de Segurança Pública para o presidente da República e os 27 governadores estaduais.

Em cumprimento às conclusões da comissão, o relatório também foi enviado aos presidentes da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello. O documento foi encaminhado, ainda, aos ministros da Justiça,

Paulo de Tarso Ribeiro; da Fazenda, Pedro Malan; das Relações Exteriores, Celso Lafer; e da Defesa, Geraldo Quintão.

Também receberam o relatório o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro; o advogado-geral da União, José Bonifácio de

Andrada; o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Appabato; e os comandantes da Polícia Militar de São Paulo, Alberto Silveira Rodrigues, e do Distrito Federal, Ruy Sampaio.

O documento também foi envi-

ado ao presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Eduardo Pizarro Carnelos; ao secretário Nacional de Segurança Pública, José Vicente da Silva Filho; e ao diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Armando de Assis Possa.

# Ornélas sugere mais rigor contra trabalho escravo

Senador apresentou dois projetos de lei para endurecer as penas e acelerar o julgamento dos responsáveis por esse tipo de delito. Propostas estão de acordo com a Declaração dos Direitos Humanos e os princípios da OIT

Dois projetos do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que tramitam no Senado objetivam tornar mais rigorosa a legislação e acelerar o julgamento dos processos contra acusados de delitos relacionados com o trabalho escravo. Um deles determina que o explorador desse tipo de trabalho poderá ficar até oito anos preso, enquanto o outro projeto estabelece que caberá à Justiça Federal, e não à estadual, julgar crimes dessa natureza.

— Sem dúvida alguma, uma legislação mais clara e objetiva vai permitir que possamos combater efeti-



Ornélas aponta clima de impunidade em relação ao trabalho escravo

vamente esse tipo de crime. Porque, embora ele esteja sendo enfrentado com ações administrativas e com

ações policiais, não tem havido a condenação dos responsáveis e isso mantém um clima de impunidade — declarou o parlamentar.

O projeto que define a pena de prisão de dois até oito anos para os responsáveis pela exploração do trabalho escravo também determina que, se o crime for praticado contra menores, a pena mínima sobe para três anos e a máxima para 12 anos de prisão.

A proposta também tipifica o crime, que, dentre outras característi-

cas, é entendido como a prestação de serviços forçados com jornada exaustiva, a imposição de maus-tratos e sofrimentos e vinculação de contrato de trabalho a pagamento de dívidas. Também são consideradas típicas de trabalho escravo a retenção pelo empregador dos documentos pessoais do empregado, a impossibilidade de locomoção e a proibição do direito de ir e vir.

Já o projeto que transfere para o âmbito da Justiça Federal o julgamento desse tipo de crime deverá, na visão de Ornélas, permitir maior agilidade nos julgamentos e ainda a

participação da Polícia Federal no combate ao crime.

O senador argumenta, em defesa de suas propostas, que, mesmo com estatísticas apontando o resgate de quase 4.500 pessoas submetidas ao trabalho escravo — de 1995 até este ano —, nenhuma pessoa foi condenada por esses crimes, até o momento. Ele explica ainda que a aprovação das novas medidas irá adequar a legislação brasileira à Declaração dos Direitos Humanos e aos princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o país faz parte.

## Lando cobra punição de assassinos de sem-terra

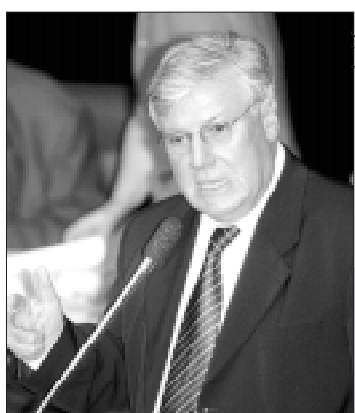
O senador Amir Lando (PMDB-RO) defendeu punição para os responsáveis pelos assassinatos de trabalhadores rurais sem-terra nos municípios de Jaru, Buritis, Machadinho d'Oeste e Ariquemes, em Rondônia. Os conflitos pela posse da terra no estado e no país preocupam o senador, que atribui a responsabilidade por esses fatos à lentidão com que vem sendo implementada a reforma agrária.

Para Amir Lando, a demora na concessão de títulos de propriedade de terras desapropriadas se deve a um retrocesso na legisla-

ção e à falta de decisão política do governo federal. Segundo ele, o prazo de até sete anos para a conclusão de processos de desapropriação inviabiliza a agricultura familiar e a geração de emprego no campo.

— A propriedade tem que ter função social. A terra existe para a humanidade viver dela e tem que ser realmente um bem de produção — argumenta Lando.

O senador se disse contrário às invasões de terra, mas acredita que esses atos se legitimam “diante da inércia do governo”.



Amir Lando critica “inércia” do governo federal em relação à reforma agrária

## Maria do Carmo propõe seguro ambiental

Proposta de emenda à Constituição que determina a instituição de seguro de responsabilidade civil nas atividades lesivas ao meio ambiente, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), será votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na justificativa da proposta, Maria do Carmo esclarece que a responsabilidade civil, instituto do direito positivo, é a obrigação de reparar dano patrimonial, de natureza não penal, mediante indenização. O seguro de responsabilidade civil é utilizado regularmente, complementa a senadora, nas hipóteses em que uma determinada atividade, por sua natureza, apresenta maior risco de dano.

A senadora dá como exemplo a atividade do médico, que, em muitas circunstâncias, devido à delicadeza da situação com que se defronta, pode oferecer risco



Maria do Carmo defende seguro de responsabilidade civil para atividades lesivas ao meio ambiente

de dano à saúde do paciente. A realização de um seguro de responsabilidade civil por parte do profissional, observa, visa protegê-lo de eventuais ações de reparação. Outro exemplo citado por Maria do Carmo é o dos seguros de automóveis.

Para a senadora, parece evidente o risco de determinadas ativi-

dades econômicas ao meio ambiente.

— Nesses casos, a obrigação de reparar o dano termina por não ser cumprida, ou por demorar muito tempo para tanto, em face da demora dos procedimentos judiciais — lembra Maria do Carmo.

Segundo a senadora, é razoável que uma norma legal disponha sobre as atividades potencialmente lesivas ao meio ambiente e que, assim, exigiram a realização de um contrato de seguro de responsabilidade civil específico, como condição para que o Estado autorize o cidadão ou a empresa a praticar tal atividade.

— Realizado o seguro, esses cidadãos e essas empresas teriam pronta condição de, na hipótese de dano, arcar com suas responsabilidades, em benefício da proteção e defesa do meio ambiente e, especialmente, da reparação do dano causado — acrescenta.

## Livros de legislação são os mais procurados em Belém

Entre as publicações oferecidas pelo Senado na VI Feira Pan-Amazônica do Livro, os visitantes demonstram maior interesse por títulos referentes a legislação aprovada ou atualizada recentemente. Desde a abertura do evento, na última quarta-feira, o estande da Casa em Belém já vendeu 108 volumes da Constituição de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 38, 44 exemplares do novo Código Civil e 37 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

O preço e a qualidade das publicações estão sendo os principais atrativos para o público, que tem oportunidade de atualizar suas bibliotecas comprando, no estande do Senado, títulos a preço de custo. O novo Código Civil, que tem 342 páginas, está sendo vendido por R\$ 10.

Por apenas R\$ 2, os visitantes da bienal podem comprar a Constituição em disquete, já alterada pelas 38 emendas constitucionais promulgadas desde 1988, além das seis emendas aprovadas na revisão constitucional de 1993. Para quem preferir, a Constituição impressa, editada este semestre pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações, está à venda por R\$ 7.

Apesar de ser uma lei promulgada em 1990, o livro com o Código de Defesa do Consumidor também atrai os paraenses por trazer ainda a legislação correlata e todas as alterações do código apro-



Estande do Senado oferece também livros de legislação em braille

vadas até este ano. Entre as leis que constam do livro estão as que criaram e organizaram o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, autarquia ligada ao Ministério da Justiça responsável por combater práticas que inibam a livre escolha do consumidor.

Para o bancário e estudante de Direito na Universidade da Amazônia Nelson Fernando Damasceno e Silva, que comprou a Constituição, o Código de Defesa do Consumidor, o novo Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente, as publicações estão baratas, comparativamente com as demais editoras. Ele elogiou o fato de todas as alterações às leis já estarem incluídas nos livros, o que, disse, não acontece com as publicações disponíveis em outros estandes da feira, com qualidade comparável. A VI Feira Pan-Amazônica do Livro será encerrada domingo.